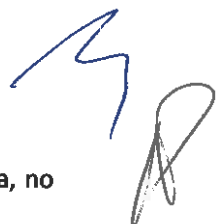


ATA N.º 7 / 2014



Aos nove dias do mês de julho de dois mil e catorze, pelas dez horas, decorreu em Mirandela, no Salão Nobre do Município, a décima reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos Municípios integrantes, conforme refere o artigo n.º 14 dos Estatutos, com a presença de:

PRESIDENTE	Américo Jaime Afonso Pereira	Vinhais
VICE-PRESIDENTES	Fernando Francisco Teixeira de Barros	Vila Flor
	Manuel Duarte Fernandes Moreno	Macedo de Cavaleiros
MEMBROS	Berta Milheiro Nunes	Alfândega da Fé
	António José Pires Almôr Branco	Mirandela
	Artur Manuel Rodrigues Nunes	Mirada do Douro
	Francisco José M. Albuquerque Guimarães	Mogadouro
	António Jorge Fidalgo Martins	Vimioso

SECRETARIADO EXECUTIVO INTERMUNICIPAL:

Primeiro Secretário: Rui Afonso Cepeda Caseiro;

Secretários: Manuel António Alves Miranda e Maria Manuela Dias de Oliveira.....

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:

Em substituição do Dr. Hernâni Dinis Venâncio Dias, Presidente da Câmara Municipal de Bragança, esteve presente o Vice-presidente, Dr. Paulo Xavier.



O Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. Américo Pereira, deu início à reunião lendo a Ordem de Trabalhos seguinte, que colocou à consideração dos restantes membros, a qual foi aprovada por unanimidade:

1 – Período antes da ordem do dia:

1.1 Concurso logomarca da CIM-TTM: entrega do prémio ao aluno vencedor e à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental;

1.2 – Comunicado da CIM sobre o reordenamento da rede escolar.

1.3 - Abertura de Avisos para apresentação de candidaturas ao ON.2.

2– Período da ordem do dia:

2.1 - Aprovação da ata da reunião anterior;

2.2 - Informação sobre atividades e situação financeira da CIM-TTM;

2.3 - 3.ª alteração ao orçamento da despesa;

2.4 - Criação de Fundo Fixo de Caixa;

2.5 - Proposta de abertura de procedimento para as seguintes aquisições de serviços co-financiados no âmbito da candidatura “Capacitação Institucional da CIM-TM”;

2.5.1 “Elaboração do Estudo de Mobilidade e Transportes das Terras de Trás-os-Montes”;

2.5.2 – “Plano de Marketing Territorial das Terras de Trás-os-Montes”;

2.6 – Carta de Compromisso para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro;

2.7 – Centro Nacional de Competências do Azeite e da Azeitona e Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos – aprovação do acordo de cooperação;

2.8 – Proposta para criação de Parque Micológico das Terras de Trás-os-Montes: ZASNET, AECT (projeto Micosylva);

2.9 – Companhia de Dança do Norte;



2.10 – “Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual de Combate a Incêndios em Espaços Naturais”: aprovação de resolução fundamentada;

2.10 – Outros assuntos;

2.11 - Aprovação da ata em minuta.

.....

Passou-se de seguida à discussão da ordem de trabalhos.

1 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1.1 – CONCURSO LOGOMARCA DA CIM-TTM: ENTREGA DO PRÉMIO AO ALUNO VENCEDOR E À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL.

Conforme estipulado no Regulamento do Concurso da Logomarca da CIM-TTM, o prémio é dotado de um valor pecuniário de 1 000 Euros (mil Euros) e de um tablet do tipo iPad2. O valor pecuniário será entregue a uma instituição de solidariedade social de um dos Municípios, selecionado pelo vencedor e o tablet tipo iPad2 será atribuído ao vencedor do Concurso.

Assim esteve presente o vencedor do concurso, o estudante da Escola Superior Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela, Luís Carlos Sousa Hermeiro, a Presidente da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Mirandela, instituição indicada pelo vencedor do concurso para atribuição do valor pecuniário e o Presidente da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela.

O Presidente do Conselho Intermunicipal entregou os prémios, felicitou o vencedor e agradeceu a presença de todos.

.....



1.2 COMUNICADO DA CIM SOBRE O REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR.

Na sequência da tomada de conhecimento da decisão do Governo relativa ao reordenamento da rede escolar para o ano letivo 2014-2015, foi publicado nos meios de comunicação locais um Comunicado relativo a este assunto que pretende esclarecer que apesar dos esforços desta entidade, não houve recetividade por parte do Ministério da Educação na tomada de decisão.

De seguida, transcreve-se o Comunicado que foi publicado: *«No início do mês de abril de 2014, o Ministério da Educação e Ciência, através do senhor Delegado Regional de Educação da Região do Norte, deu conhecimento aos Municípios do Norte, da proposta de reordenamento da rede escolar do Ensino pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico para o ano 2014-2015.*

O Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, reunido em 10 de abril de 2014, tomou, por unanimidade, uma posição de discordância da proposta apresentada e solicitou a Sua Excelência o Primeiro – ministro o “seu empenhamento no sentido de impedir que o Ministério da Educação e Ciência proceda à aplicação da proposta de reordenamento escolar sem que a mesma seja debatida e consensualizada com cada município”.

O Conselho Intermunicipal decidiu também solicitar ao Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar (ofício enviado a 08.05.2014) uma reunião com carácter de urgência.

Em 29 de maio foi solicitada reunião ao Senhor Delegado Regional de Educação da Região Norte....

Apesar de várias insistências, junto do gabinete do senhor Secretário de Estado, não houve resposta ao pedido de marcação de reunião.

Igualmente se verificou uma ausência de resposta do senhor Delegado Regional que somente se dignou reunir, com os autarcas, no dia 23 de junho, ou seja, quatro dias após o despacho final de encerramento das escolas proferido pelo senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar. Nesta reunião o senhor Delegado demonstrou uma elevada falta de consideração pelos



autarcas presentes ao não os informar do teor do despacho, pois só vieram a ter conhecimento da listagem no dia seguinte através da Imprensa. Por outro lado os presidentes da Câmara de Mirandela e Vila Flor estranharam receberem um fax com informação das escolas a encerrar cerca das 23:00 horas do dia 23.

Perante a disponibilidade sempre manifestada pelos municípios em dialogar com o Ministério no sentido de, em conjunto, encontrar as soluções que melhor sirvam a todos nomeadamente a melhoria das condições de aprendizagem e do sucesso educativo dos alunos, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes lamenta que não tenha havido da parte do Ministério da Educação e Ciência a disponibilidade necessária para dialogar com todos os municípios e estabelecer um plano consensualizado a nível do reordenamento escolar para o futuro.

Assim e perante os factos ocorridos não é correto da parte do Ministério da Educação e Ciência referir que a proposta de encerramento das escolas foi feita pelos serviços regionais do ministério e pelos municípios, quando na realidade, na área territorial da CIM Terras de Trás-os-Montes, o encerramento das escolas de Freixiel e do Cachão não obteve a concordância dos municípios de Vila Flor e de Mirandela respectivamente, pelo que não se revêem na decisão tomada pelo Ministério da Educação e Ciência.»

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento e regista o desagrado com o tratamento que houve na reunião da CIM-TTM com o Diretor Regional do Norte.....

1.3 – AVISOS PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AO ON.2.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que os Avisos do ON.2 para apresentação de candidaturas no âmbito das infraestruturas desportivas deverão abrir ainda hoje.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento.



.....
2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2.1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.

Presente a ata da reunião anterior, a qual foi previamente distribuída a todos os membros.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, ratificar a aprovação da referida ata.....

.....
2.2 – INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES E SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CIM-TTM.

O Eng.º Rui Caseiro, informou o Conselho Intermunicipal que além dos trabalhos inerentes ao normal funcionamento da Comunidade e concretização de diretivas deste órgão, destacam-se as seguintes atividades:

- Participação no Dia Mundial de Combate à Desertificação, comemorada no dia 17 de julho, na aldeia de Palácios, no Concelho de Bragança, com realização de palestras e encerramento por sua Excelência o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas;

- Elaboração de carta de Compromisso para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a participação das três Comunidades Intermunicipais da região (CIM do Alto Tâmega, CIM Douro e CIM de Trás-os-Montes), da UTAD, do IPB e da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego para ser entregue ao Primeiro - Ministro no dia 12 de julho em Vila Real;

- Participação na 2.ª Reunião Nacional das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas promovida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e realizada no dia 20 de junho, em Aveiro. Esteve em debate o Acordo da Parceria de Portugal com a União Europeia (UE) relativo ao Quadro de Apoio 2014-2020 e tem apresentado contributos para



capacitar a ANMP na defesa dos interesses dos municípios. De destacar a intervenção efetuada pelo Presidente da CIM das Terras de Trás-os-Montes no sentido de ser defendida a criação de um programa de apoio à requalificação dos Centros Históricos, nomeadamente a nível dos imóveis degradados, quer sejam de natureza pública ou de privados.....

- A ANMP está a negociar com o governo a garantia de manutenção de diversos serviços públicos nos municípios com menor população, pelo que recomendou a todos os municípios para não assinarem protocolos de instalação de serviços com a Agência de Modernização Administrativa, sem ser no âmbito de uma negociação global;

- Promoção e participação em reunião na Direção Regional de Educação do Norte com a participação do Senhor Delegado Regional para discutir o plano de encerramento das escolas do 1.º Ciclo e pré-escolar. De registar um comportamento inadmissível por parte do Senhor Delegado Regional – Dr. Aristides Sousa, que se recusou a informar os municípios presentes do teor da decisão já tomada pelo Ministério relativamente às escolas a encerrar na nossa região. A falta de diálogo com os municípios deu origem a um comunicado emitido pela CIM e tornado público em jornais locais e enviado ao Ministro da Educação e Ensino Superior e ao Secretario de Estado do Ensino e da Administração de Escolas;

- Participação em reunião, no dia 24, no IPB com a presença do Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agro-alimentar para análise do Acordo de Cooperação para a constituição do Centro Nacional dos frutos secos. Participam na reunião representantes da produção dos frutos secos, da indústria, das Instituições de Investigação e do Ministérios e Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte. Este Centro terá a sede em Bragança, no Brigantia Ecopark;

- Colaboração e participação em reunião realizada na sede da CIM, promovida pelo Turismo Porto e Norte, acerca dos Fins de Semana Gastronómicos, com a presença de representantes dos



municípios da área da CIM-TTM. Na sequência da reunião a CIM propôs ao presidente da TPNP para efetuar também uma apresentação do evento na região de Castela e Leon, em Zamora, na Fundação Rei Afonso Henriques e para que no próximo ano seja feita a apresentação do evento em Trás-os-Montes;

- Visita a Feira Internacional de Artesanato na FIL, em Lisboa, com o objetivo de conhecer o Certame e avaliação do interesse em a região se fazer representar em edições futuras;

Relativamente à situação financeira, o Conselho Intermunicipal tomou conhecimento que a conta bancária apresenta um saldo de 256.012,04 Euros. Os compromissos assumidos através dos contratos em curso apresentam o valor de 94.270,38 Euros e estima-se que os compromissos correntes, referentes a vencimentos e respetivas contribuições, sejam no valor de 10.958,80 Euros. Prevê-se também o recebimento do duodécimo da transferência do orçamento geral do Estado no valor de 17.211,00 Euros.

Neste sentido, o saldo financeiro é de 207.993,86 Euros.

Foi presente a relação dos pagamentos efetuados entre a reunião anterior e esta, que totalizam **26.511,50 Euros** (vinte e seis mil, quinhentos e onze euros e cinquenta cêntimos).

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar os pagamentos constantes da lista anexa à presente ata, no valor de 26.512,50 Euros.

2.3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA.

Presente a proposta de alteração ao orçamento que consiste em reforçar as verbas previstas nas rubricas orçamentais 02.02.14 “Estudos, pareceres, projetos e consultorias”, 07.01.09 “Equipamento de informática”, em 50.000,00€ e 14.940,00€, respetivamente.



No âmbito da operação “Capacitação Institucional da CIM-TM” que foi reformulada, encontram-se previstas, entre outras ações, a elaboração de alguns estudos, concretamente, “Plano de Marketing Territorial” e “Plano de Mobilidade e Transportes”. Com o intuito de capacitar esta entidade, encontra-se também previsto a “Aquisição de Equipamento Informático”

O reforço das rubricas acima referidas é feito através da redução das rubricas 02.02.11 “Representação dos serviços”, 02.02.13 “deslocações e estadas”, 04.05.01.04.03 “Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano”, 05.01.03.01 “Agência de Energia de Trás-os-Montes, 07.02.01 “Locação de material de transporte”, conforme indicado no quadro abaixo:

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Dotações Iniciais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	
01.02.02.02.11	Representação dos Serviços	125.000,00 €		40.000,00 €	85.000,00 €
01.02.02.02.13	Deslocações e Estadas	25.000,00 €		15.000,00 €	10.000,00 €
01.02.04.05.01.04.03	Associação Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	50.000,00 €		2.700,00 €	47.300,00 €
01.02.05.01.03.01	Agência de Energia de Trás-os-Montes	5.000,00 €		4.990,00 €	10,00 €
01.02.07.02.01	Locação de Material de Transporte	6.500,00 €		2.250,00 €	4.250,00 €
01.02.02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultorias	100.000,00 €	50.000,00 €		150.000,00 €
01.02.07.01.09	Equipamento de Informática	2.000,00 €	14.940,00 €		16.940,00 €
TOTAL		313.500,00 €	64.940,00 €	64.940,00 €	313.500,00 €

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar a terceira proposta de alteração ao orçamento da despesa de 2014.

2.4 CRIAÇÃO DE FUNDO FIXO DE CAIXA.

Presente a informação relativa a este assunto, onde refere que esta entidade ainda não dispõe de Regulamento Interno, no entanto, sendo necessário agilizar alguns procedimentos de funcionamento da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, propõe-se a criação de um fundo fixo de caixa, para pagamentos em dinheiro, de quantias pequenas, nomeadamente despesas referentes a correios, refeições, ou outras, e, para tal, o fundo fixo de caixa será reposto mensalmente.



Para a movimentação do fundo fixo deve-se verificar a autenticidade do documento que origina o pagamento, após o que o registará na “folha de caixa”, depois de lhe ter apostado um carimbo de «PAGO». No momento da reposição do fundo dever-se-á emitir um cheque nominativo à ordem do responsável pelo fundo.

Este sistema de fundo fixo de caixa apresenta as seguintes vantagens: limita a um valor determinado o máximo do numerário existente em caixa; facilita as contagens de “surpresa” à caixa uma vez que, em qualquer momento, o somatório do numerário existente com os documentos pagos e não resgatados terá de ser igual ao limite estabelecido.

Neste sentido, propõem-se a este Conselho Intermunicipal a aprovação da criação de um fundo fixo de caixa no valor de 200,00 Euros, repostos mensalmente.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar a criação do fundo fixo de caixa no valor de 200,00 Euros mensais.

.....

2.5 – PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA AS SEGUINTE AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS CO-FINANCIADOS NO ÂMBITO DA CANDIDATURA “CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DA CIM-TM”:

2.5.1 – “ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES”.

O Primeiro Secretário informou o Conselho Intermunicipal que, no âmbito da operação inserida no Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (ON.2 – O Novo Norte), com o código NORTE-07-0927-FEDER-000199, designada como “Promoção e Capacitação Institucional da CIM Trás-os-Montes”, em que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes é uma das entidades beneficiárias, está prevista a elaboração do “Estudo de Mobilidade e Transportes das Terras de



Trás-os-Montes”, concretamente na Acção 3 – Mobilidade Rural: Transportes Rurais e Escolares, Componente 36 – Serviços - Estudos, pareceres, projectos e consultoria, Rubrica 020214 – Estudos, pareceres, projectos e consultoria.

O objectivo da elaboração do referido Estudo visa a análise, diagnóstico e caracterização da situação actual em termos de mobilidade e transportes rurais em articulação com a rede de transportes escolares, avaliação e priorização das necessidades globais de intervenção ao nível da mobilidade e transportes e definição de um sistema e de uma rede coerente de mobilidade e transportes rurais e escolares, que permita otimizar a mobilidade em territórios de baixa densidade no espaço geográfico abrangido pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Neste enquadramento propõe-se a abertura de procedimento de ajuste directo, nos termos definidos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e de acordo com o estipulado nas peças do procedimento distribuídas previamente, designadamente o Convite e o Caderno de Encargos, tendo como preço base o valor correspondente a 20.300,00€. Para o efeito propõe-se que seja consultado o Eng.º Ricardo Jorge da Silva Bento, Professor Auxiliar na UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que possui um elevado conhecimento desta matéria e da Região.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento por ajuste directo , com o preço base de 20.300,00 Euros, bem como a proposta de Convite e Caderno de Encargos. Mais deliberou, por unanimidade, conferir poderes ao Presidente do Conselho Intermunicipal para aprovar todos os actos administrativos inerentes à tramitação do procedimento, bem como a respectiva adjudicação e outorga do contrato.

.....

2.5.2 - “PLANO DE MARKETING TERRITORIAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES”.



O Primeiro Secretário informou o Conselho Intermunicipal ainda no âmbito da operação inserida no Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (ON.2 – O Novo Norte), com o código NORTE-07-0927-FEDER-000199, designada como “Promoção e Capacitação Institucional da CIM Trás-os-Montes”, em que a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes é uma das entidades beneficiárias, está prevista a elaboração do “Plano de Marketing Territorial das Terras de Trás-os-Montes”, concretamente na Acção 5 – Promoção Turística e Cultural, Componente 36 – Serviços - Estudos, pareceres, projectos e consultoria, Rubrica 020214 – Estudos, pareceres, projectos e consultoria.

O objectivo da elaboração do referido Plano visa a análise, diagnóstico e caracterização da situação actual em termos turísticos, definição de uma estratégia de desenvolvimento e promoção turística e cultural, com a definição das linhas de orientação e objectivos, materializada num Plano que identifique os produtos e projectos que potenciem um desenvolvimento turístico activo e sustentável, com o conseqüente crescimento económico do espaço geográfico abrangido pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Neste enquadramento propõe-se a abertura de procedimento de ajuste directo, nos termos definidos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e de acordo com o estipulado nas peças do procedimento previamente distribuídas, designadamente, o Convite e o Caderno de Encargos, tendo como preço base o valor correspondente a 20.300,00€ (vinte mil trezentos e vinte e cinco euros e vinte cêntimos).

Para o efeito propõe-se que seja convidada a apresentar propostas a empresa Raíz Consultoria de Marketing e Gestão, Lda.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento por ajuste directo, com o preço base de 20.300,00 Euros, bem como a proposta de Convite e Caderno de Encargos. Mais deliberou, por unanimidade, conferir poderes ao Presidente



do Conselho Intermunicipal para aprovar todos os actos administrativos inerentes à tramitação do procedimento, bem como a respectiva adjudicação e outorga do contrato.

2.6 – CARTA DE COMPROMISSO PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que, como é do conhecimento de todos, as três CIM da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, em conjunto com o IPB, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego e as Associações empresariais da Região, concretamente, NERBA, NERVIR e ACISAT, prepararam uma Carta de Compromisso para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro, a qual vai ser entregue a Sua Excelência o Primeiro-ministro, no próximo dia 12 de julho, em Vila Real.

A cerimónia decorrerá na UTAD, pelas 15 horas e discursará em representação da região o Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Douro, pelo facto da cerimónia decorrer em Vila Real. Seria importante contar com a presença de todos, para reforçar o empenho da região no compromisso para o desenvolvimento que a carta traduz.

A Carta de Compromisso para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro apresenta o seguinte conteúdo:

«Carta de Compromissos para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro

Uma região de oportunidades.....

Preâmbulo

Contra ventos e marés, Trás-os-Montes e Alto Douro luta para resistir ao processo de declínio que tem atingido os seus territórios. Apesar de se registarem progressos pontuais, os diagnósticos mais

recentes continuam a assinalar um conjunto de traços negativos: baixa densidade populacional e elevados índices de envelhecimento; baixo PIB *per capita*; tecido empresarial dominado pela fragilidade e atomização das empresas; baixo investimento em inovação; fracos índices de escolaridade; fraca mobilidade interna e isolamento físico e social das comunidades; aumento do desemprego e da pobreza; e fraco nível de integração do potencial científico e tecnológico nas estruturas económicas e sociais.

O setor terciário da economia tem crescido, mas a agricultura, a pecuária e a floresta continuam a ter um papel importante. Algumas cidades têm afirmado o seu dinamismo, mas domina o espaço rural com uma economia débil e em progressiva desestruturação. O turismo tem crescido, mas apresenta ainda frágil capacidade de retenção das mais-valias, requerendo mais promoção e internacionalização.

Apesar dos amplos recursos naturais, agrícolas e florestais, da riqueza paisagística, cultural e patrimonial, da importância da produção de energias renováveis, do excelente posicionamento ao nível da qualidade ambiental, da proximidade e crescente cooperação cultural e económica com a vizinha Espanha, da presença de instituições de ensino superior, Trás-os-Montes e Alto Douro continua a ter fortes desafios de reforço da sua competitividade e de coesão económica, social e territorial. Apesar da importância fulcral das empresas, as políticas e intervenções públicas continuarão a ser cruciais para inverter as dinâmicas de declínio.

Os desafios do novo quadro

O novo Quadro Comunitário está focado na mobilização e valorização dos ativos e recursos territoriais, na construção de novos modelos de negócio e busca de novos mercados, na criação de competências (através da formação avançada) e de emprego (com atenção especial a públicos e territórios mais afetados pela evolução económica), e na promoção do fechamento (com projetos



que completem outros já realizados, por exemplo nas principais redes de infraestruturas e equipamentos) e das economias de rede.

O programa está fortemente orientado para os resultados e dois dos seus objetivos temáticos (Investigação, Tecnologia & Inovação e Competitividade das PME) terão 70% das verbas FEDER e as empresas e as instituições de ensino superior são considerados atores chave, neste último caso com verbas substanciais para bolsas de doutoramento e pós-doutoramento e apoio para a realização de cursos técnicos superiores de caráter profissional.

Por outro lado, a estratégia global de crescimento e desenvolvimento assenta na especialização inteligente, que sublinha a importância da inovação e competitividade, da concentração de recursos em domínios/atividades económicas em que exista ou possa reunir-se massa crítica e nas ligações ao mercado global e capacidade de afirmação internacional.

Este enfoque coloca claros desafios à região interior norte, atendendo aos baixos níveis de capital humano, dificuldade de atração e fixação de recursos qualificados e especializados, fragilidade do tecido empresarial, atomização institucional e fraca densidade relacional, incipiente cooperação interempresarial e entre agentes públicos e privados, falta de ordenamento da oferta de formação profissional, fraca capacidade de inovação e baixo grau de empreendedorismo.

Visão para o território

O futuro de Trás-os-Montes e Alto Douro passará, sem dúvida, por um trabalho intenso e exigente, assente numa visão amplamente partilhada e numa governação integrada, diferenciando o território pela qualificação das suas pessoas e pela qualidade de vida dos seus cidadãos e dos seus produtos e serviços.

O futuro estará, certamente, nos recursos que fazem de Trás-os-Montes e Alto Douro um território de excelência e oportunidades - as águas, as rochas e minerais, os produtos agrícolas, florestais e agroalimentares, o ambiente, a paisagem, a cultura e o património -, mas também na exploração



de novas atividades e produtos em que a região possa afirmar um posicionamento competitivo, com base na inovação e numa lógica de especialização inteligente.

Um futuro sustentável exigirá, inevitavelmente, aumentar e melhorar as oportunidades de emprego, atrair investimento privado, e integrar o sistema regional de conhecimento e tecnologia e os ativos económicos regionais num ecossistema de inovação capaz de gerar crescimento económico e desenvolvimento.

Nesta lógica, os signatários desta Carta de Compromissos projetam, para o horizonte temporal 2020, a seguinte visão para Trás-os-Montes e Alto Douro:

Uma região feita de territórios diversos e singulares, com uma forte matriz identitária, que se articulam e complementam, que assenta a sua afirmação, atratividade, competitividade e coesão económica e social na qualidade de vida diferenciada e na valorização criativa dos seus produtos endógenos e ofertas turísticas, bem como na identificação e desenvolvimento de novas atividades suscetíveis de consolidar e expandir empresas já existentes, por via da inovação, pelo acolhimento de start-ups e pela atração de investimento externo.

Está subjacente a esta visão a utilização da diversidade e singularidade dos territórios como argumento potenciador da valorização conjunta da região, nos planos nacional e internacional, e uma clara aposta na investigação, tecnologia e inovação.

Um programa integrado e transversal de desenvolvimento.....

Do ponto de vista estratégico, dadas as muitas características e potencialidades comuns aos três territórios, as CIM do Douro, do Alto Tâmega e das Terras de Trás-os-Montes apresentam uma consonância, consubstanciada na definição de eixos de prioritários de ação relativos ao desenvolvimento rural (identidade/cultura, agricultura/pecuária/florestas, agroalimentar, produtos endógenos, inovação/competitividade/coesão), ao ambiente (valores naturais e paisagísticos,



recursos energéticos/energias renováveis) e ao turismo (património cultural, natural e paisagístico, investimento, redes, promoção e visibilidade).

Importa, para complementar e reforçar as ações previstas em cada Plano Estratégico, desenvolver um programa integrado e transversal de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro, que responda aos desafios comuns às três Comunidades Intermunicipais e que permita construir um território à medida da visão acima definida e das necessidades e valor das suas gentes e do país.

Este programa deverá, não só valorizar os setores tradicionais da economia (produtos regionais de qualidade, vinho, energias renováveis, termalismo, turismo, etc.), mas também:

- Identificar alguns clusters agrícolas, agroindustriais e industriais suscetíveis de consolidar e expandir empresas já existentes, por via da inovação, acolher novas start-ups e atrair novo investimento externo (p.e., setor automóvel, rochas ornamentais com ligação aos novos materiais/eco-construção; extração, refinação e valorização de produtos de elevado valor a partir de recursos naturais e florestais; fabricação de produtos diversos, etc.);.....
- Valorizar a posição de liderança da região no setor das energias renováveis e eficiência energética, criando e sedimentando capacidades de I&D nesta área;
- Promover a conectividade interna, articulando setores e atividades, assim como a conectividade internacional, dinamizando e fortalecendo as dinâmicas de internacionalização;
- Alavancar o sistema de instituições de ensino superior e de investigação existentes na região, constituído na componente pública pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pelo Instituto Politécnico de Bragança e pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, enquanto instrumento de atração de estudantes estrangeiros, de sustentação de uma importante atividade de investigação e desenvolvimento, de formação contínua de ativos em ligação com as empresas e de geração de inovação traduzível em geração de riqueza e de emprego;



- Potenciar a excelência do ambiente urbano, valores ambientais rurais, qualidade e baixo custo de vida, como ativos diferenciadores na atração de investimento e emprego qualificado; e

- Valorizar a singularidade regional em matéria de inserção nos espaços ibérico e europeu, muito em particular a proximidade e as relação com a Galiza e Castela e Leão.

Tal programa deverá contemplar um conjunto de vertentes, bem alinhadas com os objetivos do Acordo de Parceria Portugal 2020 e com os diferentes Programas Operacionais (Temáticos e Regional), a desenvolver no plano técnico, contemplando objetivos, ações, financiamentos e um calendário preciso de realização.

O desenvolvimento deste programa assentará numa perspetiva da inovação colaborativa, envolvendo empresas, instituições de ensino superior, autarquias e utilizadores, fomentando um processo de inovação aberto e equilibrado entre as diferentes perspetivas.

Os compromissos

As instituições signatárias comprometem-se:

1. A unir esforços para combater o declínio do interior norte, potenciado as suas forças, vencendo as suas fraquezas, aproveitando as oportunidades e contornando as ameaças, com a consciência de que tal só será possível no quadro de uma forte parceria, em que governo central, autarquias locais, organismo da administração pública, instituições de ensino superior, associações empresariais, empresas e sociedade civil em geral, terão de se articular e assumir as suas responsabilidades com vista a objetivos comuns;

2. A desenvolver um trabalho articulado, colaborativo e continuado de promoção do desenvolvimento territorial sustentável, com base na criação de riqueza e emprego e numa estratégia assente na inovação, inclusão social, coesão territorial e boa governança, dirigida para a formulação e implementação de uma agenda e programa que visem inverter o ciclo de declínio que



se tem observado, tornando Trás-os-Montes e Alto Douro um território mais atrativo, vivo e dinâmico, exemplo de desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo;.....

3. A criar mecanismos apropriados de enquadramento institucional do programa, incluindo uma Comissão de Acompanhamento e um Grupo Operativo, este último responsável pela preparação técnica e dinamização das iniciativas; e

4. A alargar a base institucional desta Carta e a promover um Fórum Territorial, através da mobilização dos agentes, públicos, empresariais e da sociedade civil, representando os mais distintos setores de atividade e interesses, que possam trabalhar sinergicamente e aportar uma mais-valia à formulação e implementação da agenda e programa para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Estes compromissos exigem, como contrapartida, que o Governo acredite na região e nos seus agentes e se comprometa a investir e apoiar um programa desta natureza, sendo vital o envolvimento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, enquanto organismo que zela pelo desenvolvimento integrado e sustentável do Norte de Portugal, contribuindo para a competitividade e coesão do território nacional.

.....

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento e aprovou a Carta de Compromissos para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro.

.....

2.7 – CENTRO NACIONAL DE COMPETÊNCIAS DO AZEITE E DA AZEITONA E CENTRO NACIONAL DE COMPETÊNCIAS DOS FRUTOS SECOS – APROVAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO.

O Primeiro Secretário informou que no próximo dia 18 de julho, Sua Excelência a Ministra da Agricultura estará em Bragança e Mirandela para assinar os acordos de cooperação que visam a



criação dos Centros de Competências dos Frutos Secos, em Bragança, e do Centro de Competências do Azeite e da Azeitona, em Mirandela.

Foram presentes os Acordos de Cooperação dos dois Centros de Competências.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão, o Conselho Intermunicipal aprovou a participação da CIM das Terras de Trás-os-Montes no Centro de Competências dos Frutos Secos e no Centro de Competências do Azeite e da Azeitona.

2.8 – PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE PARQUE MICOLÓGICO DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES: ZASNET, AECT (PROJETO MICOSYLVA).

Presente a proposta do ZASNET, AECT, para criação do Parque Micológico das Terras de Trás-os-Montes integrado na rede europeia de Parques Micológicos.

A proposta apresenta como objetivo a criação de um Parque Micológico que integre a rede de

Parque Micológicos Europeus, através do ZASNET, AECT e desta Comunidade Intermunicipal, sendo a finalidade de articular sobre este território um processo de melhoria contínua da micossilvicultura, **gestão** florestal integrando critérios micológicos e formas de valorização socioeconómica integrando o recurso micológico.

O Parque Micológico das Terras de Trás-os-Montes terá a função de “laboratório territorial” para desenvolver e difundir experiências inovadoras.

A proposta propõe que numa primeira fase seja apresentada uma candidatura à “Rede Europeia de Parques Micológicos”, numa segunda fase a criação de um comité de especialistas regionais e internacionais e numa terceira fase a avaliação por parte dos especialistas para seleção dos



bosques candidatos à Rede de Parques Micológicos, mediante visita ao território do Parque Micológico das Terras de Trás-os-Montes.

A proposta apresentada pelo ZASNET, AECT ficará anexa à presente ata.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão da proposta, o Conselho Intermunicipal reconheceu a grande importância da micologia em todo o território, pelo que deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo ZASNET, AECT.

2.9 – COMPANHIA DE DANÇA DO NORTE.

A pedido da Presidente da C. M. de Alfândega da Fé foi agendado este assunto. Presente o e-mail enviado pela Companhia de Dança do Norte, que apresenta uma súmula dos trabalhos desenvolvidos e apresenta o último que se encontra em produção intitulado “Barulhos Nossos”.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, incluir no Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal uma candidatura na área da cultura que contemple apoio aos grupos da região na produção de espectáculos que venham a integrar uma agenda conjunta dos nove municípios.

2.10 - OUTROS ASSUNTOS.

2.10.1 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA COMBATE A INCÊNDIOS EM ESPAÇOS NATURAIS – RATIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.

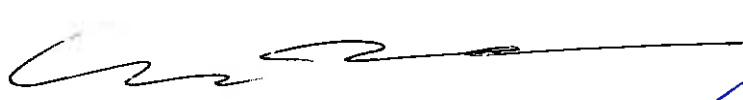
Presente a informação 8/2014 relativa à aprovação da minuta do contrato de “Aquisição de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais”, a qual foi aprovada por despacho do Presidente no dia 03 de junho de 2014.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, ratificar a aprovação da minuta do contrato para “Aquisição de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais”.

2.11 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Foi posta à consideração dos membros do Conselho Intermunicipal (CI) a Minuta da presente Ata para se poderem pronunciar sobre a mesma.

DELIBERAÇÃO: O Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, aprovar em Minuta a presente Ata, que será assinada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim Rui Afonso Cepeda Caseiro, Primeiro Secretário, que a elaborei.



Américo Jaime Afonso Pereira
Presidente do CI



Rui Afonso Cepeda Caseiro
Primeiro Secretário